

Inventários de uma destinatária ausente: morte e militância feminina nos romances posditoriais brasileiros SOLEDAD NO RECIFE e K

Tânia Sarmiento-Pantoja¹

Resumo

A proposta do estudo consiste em analisar aspectos estruturantes presentes nos romances *Soledad no Recife*, de Urariano Mota e *K*, de Bernardo Kucisnki. Ambos os romances se constituem complexos quanto às relações entre história e ficção, e entre testemunho e denúncia. Além de que o relato volta-se ao trabalho da repressão contra mulheres militantes, em processo de oposição ao regime civil-militar de 1964: ambos podem ser considerados como relatos que envolvem a vida clandestina, o sequestro e o assassinato de duas mulheres, que protagonizam os romances. Ainda que a condição de vítima do aparelho repressivo do Estado faça delas corpos ausentes, elas se fazem presentes pela força reverberativa da recordação. O modo como são urdidos a composição multiforme, o trabalho de reelaboração da matéria histórica e o tratamento temático em *Soledad no Recife* e *K* nos faz pensar esses romances como inventários da ausência-permanência de suas protagonistas e, ao mesmo tempo, como relatos da reexistência, possibilitada pela memória.

¹ Professora Doutora da área de Estudos Literários da Faculdade de Letras/ILC e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Coordena o grupo de pesquisa Estudos sobre Narrativas de Resistência (NARRARES).

Inventários de uma destinatária ausente: morte e militância feminina nos romances posditoriais brasileiros SOLEDAD NO RECIFE e K

1. *Soledad no Recife K*: projeções da história da ditadura civil-militar brasileira na ficção

Soledad no Recife (2009)² de Urariano Mota e *K* (2011)³, de Bernardo Kucinski são romances impregnados de historicidade. Não apenas pelo fato de reelaborarem os últimos momentos da existência de Soledad Barret Viedma, no romance de Mota e Ana Rosa Kucinski, no romance de Kucinski, ambas militantes mortas pelo braço armado do regime civil-militar de 1964. É que ao fazerem a visitação ao momento da captura e assassinato (no caso de Soledad) e captura, assassinato e desaparecimento (no caso de Ana Rosa) os dois romances reelaboram ficcionalmente as v arias sendas do regime autorit ario em questão. Ambas as protagonistas estão mortas quando os romances são escritos.   para falar de suas mortes – especialmente das motivações e dos m etodos de eliminação – que os romances são urdidos.

A militante paraguaia Soledad Barret Viedma, no Brasil, atuou na Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, mas sua voca o para o ativismo a fez participar, anteriormente, de movimentos contrários aos regimes autoritários instalados na América do Sul, em países como Paraguai e Uruguai. Por essa razão no final da década de 1960 esteve em Cuba participando de treinamento para a es de guerrilha (Bocault, 2013:99). Nesse período Soledad esteve casada com o também militante revolucionário José Maria Ferreira de Araújo, de nacionalidade brasileira; com ele teve uma filha chamada N saindy. Em 1970 Soledad e José Maria deixam Cuba e vem para o Brasil. José Maria logo   preso e morto pela repressão em São Paulo (Bocault, 2013:100). Soledad então migra para Pernambuco onde decorrem suas atividades na VPR; nessas condi es torna-se companheira de Cabo Anselmo que, após ser preso, torturado e cooptado pela repressão passa a agir como agente duplo, na qualidade de infiltrado e delator. Nesse contexto, Cabo Anselmo entrega ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS, uma lista com seis nomes de militantes, entres os quais o da própria companheira, Soledad, que se encontrava grávida.

² Todas as referências são da 1 . edi o.

³ Todas as referências a *K* neste estudo correspondem   edi o de 2014.

Soledad morre em 7 de janeiro de 1973. Foi torturada e assassinada com quatro tiros na cabeça. Seu corpo e os dos outros militantes delatados por Anselmo foram deixados em uma chácara que funcionou como centro clandestino para ações da repressão, localizada na cidade de Paulista, nas proximidades de Recife. Esse conjunto de episódios ficou conhecido como o massacre da Chácara São Bento. Na verdade, os militantes não foram torturados e assassinados nesse local. Os corpos foram transportados para a chácara, que serviu como cenário de uma farsa, montada por Fleury e sua equipe, para convencer o público de que os militantes morreram em função de conflitos no interior do próprio movimento do qual faziam parte.

Após a morte de sua mãe Ñasaindy permaneceu em Cuba aos cuidados de Damaris Lucena – também militante – e sua família, migrando com a mãe adotiva para o Brasil tempos depois. Passou por várias vicissitudes decorrentes da condição de órfã e de uma dupla nacionalidade (cubana e brasileira) que, engendrada de maneira monstruosa nas malhas do estado de exceção, trouxeram inúmeros problemas à Ñasaindy, conforme observa Carlos Eduardo de Abreu Bocault (2013: 98-99).

O corpo de Soledad, com marcas de sevícias e ensangüentado, junto com o feto que carregava, foi encontrado dentro de um barril. A abjeção que cerca a morte de Soledad se torna ainda mais pungente pelo fato dela estar, no momento de sua execução, envolvida afetivamente com o seu delator e grávida de um filho dos dois. Sobre essa particularidade vemos o que afirma Alípio Freire, citado por Urariano Mota⁴ (2011:1, grifos do autor):

“É impressionante o informe do senhor Anselmo sobre aquele grupo de militantes – é um documento que foi encontrado no DOPS do Paraná. É algo absolutamente inimaginável e que, de tão diferente de todas as ignomínias que conhecemos nos faltam palavras exatas para nos referirmos ao assunto.

Depois de descrever e informar sobre cada um dos cinco outros camaradas, que seriam assassinados, referindo-se a Soledad (sobre a qual dá o histórico de família, etc), o que ele diz é mais ou menos o seguinte:

“É verdade que estou REALMENTE ENVOLVIDO pessoalmente com ela, e nesse caso, SE FOR POSSÍVEL, gostaria que não fosse aplicada a solução final”.

⁴ Em texto publicado por Urariano Mota em *Carta Maior*, 17/10/2011. Disponível em meio virtual em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Soledad-a-mulher-do-Cabo-Anselmo/5/17761>

A história dessa traição, urdida à história da repressão, constitui o relato do romance *Soledad no Recife*. Desse modo, o romance de Mota compõe-se de uma narrativa de rastros, aspecto ainda mais complexo, na medida em que o relato agrega fotografias de Soledad Barrett Viedma e de outros recursos paratextuais, como veremos mais adiante.

Ana Rosa Kucinski foi militante da Ação Libertadora Nacional, ALN. Desapareceu em 22 de abril de 1974, junto com seu marido Wilson Silva, também militante da ALN⁵. Ana Rosa foi professora doutora da área de Química, da Universidade de São Paulo, de onde, já na condição de desaparecida, foi demitida com o argumento de que teria abandonado o emprego. Durante anos o pai de Ana Rosa, Majer Kucinski e o irmão, Bernardo Kucinski, procuraram por ela, recorrendo a vários setores e autoridades nacionais e internacionais, sem êxito.

O entrecruzamento entre informações dão conta de que Ana Rosa e Wilson Silveira teriam sido apanhados ao se encontrarem para almoçar (e comemorar o quarto aniversário de casamento) nas imediações da Praça da República, na cidade de São Paulo. José Rodrigues Gonçalves, que atendia pelo codinome de Paulo da Silva Júnior, seria o agente do DOI-CODI que os capturou.

O casal teria sido levado para a Casa da Morte, mais um centro clandestino da repressão, localizado na cidade de Petrópolis, especializado na tortura e desaparecimento de presos políticos. Na Casa da Morte os presos, após as sessões de tortura, eram assassinados e os corpos em seguida eram esquartejados⁶ e destinados ou às covas improvisadas nas imediações ou à incineração. Segundo declarações do ex-delegado e ex-agente do SNIC Claudio Guerra, coube aos corpos de Ana Rosa e provavelmente também o de Wilson o segundo destino, lançados aos fornos de uma antiga usina de açúcar⁷. Porém, há pelo menos mais uma versão para o desaparecimento de Ana Rosa. De acordo com relatório produzido pela Marinha, em 1993, ela seria agente tripla: militante esquerdista da ALN, agente da CIA e informante do serviço

⁵ Grande parte dos dados históricos aqui presentes, salvo aqueles que se encontram diretamente referenciados no texto, foram coletados no site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.comissaodaverdade.org.br/caso_integra.php?id=69.

⁶ Idem.

⁷ Conforme consta da reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo*, de 18/09/2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/72634-comissao-da-verdade-pede-que-usp-reveja-demissao-de-desaparecida.shtml>.

secreto israelense, o Mossad, e por isso fora executada pela CIA⁸. Versões desencontradas, absurdase/ou omissão de informações sempre estiveram presentes na história da desapareição de Ana Rosa e Wilson. A versão que parece mais aceitável, senão a mais verdadeira é justamente a apresentada por Claudio Guerra, dada as circunstâncias e o fato de Guerra se colocar na condição de perpetrador, de agente da repressão que participou diretamente das atrocidades contra Ana Rosa e seu companheiro.

A busca pela verdade a respeito do que aconteceu com Ana Rosa, com base na demanda incansável de seu pai, Majer Kucinski, torna-se desse modo a matéria prima de *K*, romance escrito pelo irmão de Ana Rosa, Bernardo Kucinski. De acordo com Renato Lessa (2014: 184): “Apesar da força arrebatadora da matéria que lhe deu origem, o leitor em momento algum terá a ilusão de que não se trata de literatura”. Acerca das implicações oriundas da matéria historiográfica Roberto Vecchi (2014: 142) aponta *K* como romance “contemporâneo da Comissão Nacional da Verdade e que na véspera dos 50 anos do golpe de estado militar inaugura uma possibilidade efetiva de escrever a desapareição política”. Ainda para Vecchi (Idem) *K* “põe em jogo o problema conceitual da crítica pela ausência da presença, no caso da desapareição”

2. Dois inventários da ausência-permanência

A narratividade como rastro é uma constante em *Soledad no Recife*. Como já mencionamos anteriormente a inserção de fotografias da militante Soledad Barrett Viedma no relato realça a condição testemunhal desse romance e da mesma forma o necessário olhar sobre o fluxo fragmentado de informações envolvendo o massacre da Chácara São Bento. Como já dissemos em outro trabalho (Sarmiento-Pantoja, 2012:134) há “portanto, um senso de fragmento nessa totalidade sempre provisória, ligado a esse formato híbrido, de fronteiras tênues”

Para Flávio Aguiar (2009), enquanto romance histórico, *Soledad no Recife* envereda por algumas heresias relativas a esse formato. Personagens reais, ao contrário do que classicamente ocorre nos romances históricos, assumem o protagonismo, provocando a confusão – e, afirmamos, sem dúvida, a fusão – entre o plano histórico e o plano ficcional. Márcio Seligmann-Silva (2014:29), igualmente atento a este aspecto,

⁸ Idem.

avalia ser o caráter testemunhal o responsável por redimensionar a forma do romance histórico, diz ele que a “atestação da sobrevivência, ao lado da atestação factográfica, esgarça o gênero romance” no caso de *Soledad no Recife*.

Outro aspecto, digno de nota nas observações de Aguiar, diz respeito ao papel do filho natimorto de Soledad e Cabo Anselmo. A descrição das condições em que foram encontrados mãe e filho, este em estado fetal, se constitui em um dos momentos de maior repercussão emotiva e abjeta no romance. A confusão entre autor e narrador comporiam ainda uma terceira heresia, pois a narração – de extremo apaixonamento – e o jogo com a primeira pessoa do singular passa a (falsa) impressão de que o narrador se funde ao autor e que este conheceu pessoalmente Soledad, algo que jamais aconteceu, segundo o próprio Urariano Mota⁹. Acerca dessa particularidade vejamos o que diz ainda Márcio Seligmann-Silva (2014:27):

“Mota constrói um eu-narrador fictício, um poeta simpatizante da causa dos guerrilheiros, que se apaixona por Soledad e tem ódio de seu marido, Daniel – que na realidade é o próprio cabo Anselmo. Esse eu-narrador possui fortes semelhanças com o próprio autor, que em mais de uma ocasião declarou que de fato conhecia alguns dos membros desse grupo de jovens assassinados de modo bárbaro em 1973. Desde aquela ocasião ele guardou um vazio, uma sensação terrível de um crime monstruoso ocultado que precisava ser revelado e narrado”

O contato travado com alguns dos militantes assassinados parece ser o primeiro arquivo acerca desse episódio histórico de que se vale Mota para compor o romance. Cumpre ressaltar que o teor testemunhal – seja pela visitação à matéria historiográfica, seja pelo adensamento do teor traumático, seja pelo diálogo entre escrita e fotografia – é premente em *Soledad no Recife*. Além disso, observa Seligmann-Silva (2014: 27-28):

“Citações de documentos oficiais, cópias de passagens de livros sobre a ditadura no Brasil, fotos de Soledad, imagens de jornais da época reproduzindo as mentiras oficiais sobre o massacre de São Bento dão um tom claramente testemunhal ao livro. A ficção se dá à reportagem – ofício da profissão de Urariano Mota. O documento

⁹ Urariano Mota deixa esse aspecto muito claro ao proferir a palestra “Soledad Barrett no Recife: uma história de memória, coragem e coração”, apresentada no Colóquio Escritas da Violência, ocorrido na USP, em 2010, e a qual tivemos a oportunidade de assistir.

quer se sobrepor à ficcionalização como se esta fosse insuficiente para portar o testemunho dos fatos”

Nesse sentido, a narrativa se comporta como ensaio especulativo que tenta compreender como Soledad se envolveu amorosamente com um calhorda sem escrúpulos; nesse sentido é um ensaio acerca da paixão em sua dupla significação: entrega e sacrifício e, ao mesmo tempo, inventário de culpas: as culpas de Cabo Anselmo, do delegado Fleury, dos companheiros da ALN que não perceberam o perigo que representava Cabo Anselmo, as culpas de todos os que deixaram que episódios, próprios da exceção, como os que enredaram a Chácara São Bento, pudessem acontecer.

Assim como observado por Roberto Vecchi a respeito de *K*, também *Soledad no Recife* está impregnado do problema da ausência-presença de sua protagonista. Essa ausência-presença é possível pela rememoração do instante, formulada em grânulos. As fotografias de Soledad espalhadas pela narrativa do romance são exemplares dessa condição. Elas trazem de volta a pessoa que foi Soledad, em particular a Soledad jovem mencionada pelo narrador como “bela e graciosa e feliz mulher” (Mota, 2009: 112), ativista política desde a adolescência, herdeira do ativismo do avô.

Esses grânulos da existência de Soledad se sobrepõem à descrição terrível das condições em que foi encontrado o cadáver dela, ensanguentado e com marcas do suplício, conforme o testemunho da advogada Mércia Albuquerque, encaixado ao romance: “Eu tomei conhecimento de que seis corpos estavam no necrotério [...] em um barril estava Soledad Barrett Viedma. Ela estava despida, tinha muito sangue nas coxas, nas pernas. No fundo do barril se encontrava também um feto” (Mota, 2009: 109). Mércia teve contato com o cadáver de Soledad muitos anos antes da escrita do romance. Em seu testemunho ela reporta também outro aspecto presente no cadáver, o horror cadavérico, caracterizado pelos olhos arregalados, sintoma de uma morte em condições de extrema violência: “Soledad estava com os olhos muito abertos, com uma expressão muito grande de terror” (Mota, 2009:110).

O realismo traumático que emerge nesse instante da narrativa enquadra a narração em um traumatismo estético dotado de força esmagadora, pois nos lembra a jovem sorridente cujo futuro foi cortado, cuja experiência da maternidade foi abruptamente suspensa, não pelo adoecimento, não pelo natural envelhecimento ou pelo acaso de um acidente funesto. Foi tão somente por conta do sofrimento e morte atroz,

por outros infligidos, que alcançaram aqueles “que, inermes ou em armas, se opuseram a um Estado que fazia da exceção a sua regra.” (Finazzi-Agrò, 2014: 179).

Soledad no Recife é desse modo o inventário de uma morte desnecessária. Os corpos abatidos e abandonados no interior do barril sinistro em que foram encontrados falam de vidas fadadas ao silêncio e a uma condição infame, passível de revisão pelo caráter recordativo do romance. Nas palavras de Ettore Finazzi-Agrò (2014:182):

“Nesse sentido, a literatura cumpre um papel de suplência em relação à historiografia, conseguindo, às vezes, dizer o *abjeto* (para utilizar um termo evocado por Márcio Seligmann-Silva, 1999), conseguindo nos entregar aquela verdade nefanda e *inter-dita* que o relato ou a crônica dos acontecimentos não podem e, talvez, não devem dizer: que História seria, com efeito, aquela em que o autor manifesta o seu horror ou a sua comoção diante de fatos que ele deveria, em princípio, apenas relatar de forma lógica ou até “apática”?”

Por sua vez *K*, romance de Bernardo Kucinski, apresenta como subtítulo “Relato de uma busca”. Essa particularidade, a de se apresentar enquanto demanda, vai se colocar ainda mais em destaque, na medida em que fazemos contato com os paratextos que circundam a narrativa do romance: as epígrafes e a advertência. A primeira epígrafe é destinada às amigas de Ana Rosa e tem como fundamento a perda. A segunda epígrafe é um trecho de *Grande Sertão:Veredas*, de Guimarães Rosa. Trata-se de um comentário acerca do conhecer e do narrar. A terceira epígrafe é um fragmento de *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, reveladora da autoconsciência desse romance de Couto a respeito do comprometimento

A essas epígrafes, segue uma advertência do autor cujo argumento é justamente as relações entre fato e invenção. Kucinski deixa bem clara a condição de *K* como romance e, portanto, de texto ficcional. Vale notar que o título dado a essa advertência, “As cartas à destinatária ausente” serve de mote para algumas interessantes reflexões do autor acerca do principal tema que move a narrativa: o assassinato e o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa. Bernardo Kucinski abre sua advertência nos contando uma anedota da vida prática. Trinta anos após o desaparecimento de Ana Rosa ainda chegam à residência de Bernardo cartas enviadas por um banco onde Ana teria uma conta bancária.

Além do cunho emotivo, proporcionado pelo contato com um cotidiano, com uma vida prática, em que o existente existe apenas como ficção, pois Ana Rosa se encontra morta há anos, mas o banco parece ignorar tal condição, a relação entre Ana Rosa e seu banco motiva as seguintes possibilidades especulativas: ao mesmo tempo em que o banco funciona como metáfora de um sistema indiferente à catástrofe, provoca o “inventário de perdas da perda de uma vida” (Kucinski, 2014: 10) e impede assim o fechamento da memória. Kucinski nos fala que o carteiro ao continuar a entregar as cartas a essa destinatária ausente se comporta como um Dybbuk, a alma insatisfeita que se cola a alguém para atormentá-la, a “apontar culpas e omissões” (Idem).

Da mesma forma o romance junto ao leitor. Para este *K* se coloca sem dúvida como um grande arquivo, descontínuo e palimpséstico. Ao refletir acerca das conexões biográficas, historiográficas e arquivísticas presentes em *K* Roberto Vecchi (2014: 143, grifos do autor) afirma:

“O laço pessoal portanto não tange a substância da narração, para deixar espaço ao outro, imenso espaço privado constituído pela invenção de *K.*, o pai de Ana Rosa (não nomeada na narrativa). A economia da ausência enquanto material se desdobra a partir de uma ideia de acumulação, de recolha de histórias, fragmentos, contos como se uma possível homogeneidade narrativa não só fosse inviável mas mesmo que tentada desmoronasse nos restos de qualquer unidade ideal, sob o impacto *fraturante* da experiência traumática”

Mais do que um Dybbuk, tal como *Soledad no Recife*, *K.*, funciona como um grande inventário. Inventário da vida clandestina. Inventário do desaparecimento. Inventário das culpas e de suas cartasis. Também é o inventário da morte desnecessária de uma vida necessária, como afirma o autor na advertência que abre o romance.

Essa constituição como inventário permite várias confluências. Por exemplo, ao traçar os (possíveis) caminhos da desapareção de Ana Rosa o narrador de *K* nos fala dos endereços da existência na fase final e perigosa da militância. Endereços ao mesmo tempo da resistência e de clandestinidade em aparelhos: “endereços genuínos mas proibidos” (2014:10); endereços que “não eram lares, lugares de criar filhos e receber amigos; eram antimoradas, catacumbas de se enfiar por meses” (Idem). Lugares de esconderijo e escape.

Vale ressaltar que em *K.*, o pai, o irmão e Ana estão confundidos kafkianamente na mesma letra inicial: K, de Kucinski. Ana, anônima no romance, é a vítima desaparecida. O pai a procura. O irmão escreve sobre a procura (Kucinski, 2014:13). Há momentos em que esse jogo de superposições se traduz na própria sintaxe: a voz do narrador (terceira pessoa) se confunde com o pensamento do pai em um jogo entre discurso direto livre e discurso indireto. O mesmo processo atinge a superposição entre narradores *testis* e *supertis*, na medida em que outros narradores são trazidos ao romance.

Essas misturas e superposições encontram-se também traçadas no âmbito das matérias historiográficas ligadas aos signos do massacre em estados de exceção. Os laços vão dos extermínios perpetrados no Araguaia (Kucinski, 2014: 22), na Amazônia brasileira, à Revolução dos Cravos, em Portugal (Kucinski, 2014: 35).

Essas ilações perpassam pela experiência de K, pai, enquanto judeu polonês imigrante, que vivenciou as agruras da perseguição e se repetem na experiência da filha, perseguida e desaparecida pela ditadura brasileira, assim como há momentos em que na demanda de K, observamos a retomada pelo pai de antigos hábitos evasivos, dos tempos em que viveu a perseguição política na Polônia (Kucinski, 2014: 18). Em dado momento o destino de Ana encontra paralelo no destino de Guita, irmã de seu pai, também militante perseguida na Polônia: o general polonês que recebe os parentes de Guita, após o sumiço da jovem, reage da mesma forma que o delegado de polícia ao ser procurado por K, em busca da filha Ana Rosa: questionam o destino das jovens, com insinuações de que o sumiço se dera em função de um comportamento amoral.

Todo o romance é, enfim, uma grande concentração de repetições no contexto do extermínio por razões políticas. Nesse percurso é inventário das grandes maquinarias voltadas ao silenciamento e à morte.

O Estado como algo opaco e perverso é igualmente um sintoma dessas repetições. O Estado é tratado como um grande sistema que engole indivíduos: um “sumidouro de pessoas”. A diferença em relação a outros Estados perversos é que este, no entendimento de K, sorve as pessoas sem deixar traços (Kucinski, 2014: 22 e 23), tornando difícil até mesmo a contabilização das ausências.

Esses movimentos tentaculares se apresentam, em alguns momentos, de modo alegórico, como na referência ao “Tisha Beav” – nono dia do mês (Kucinski, 2014: 14). Dia de todas as desgraças para o povo judeu: da destruição do templo; da destruição do segundo templo; da expulsão da Espanha; e, enfim, da tragédia familiar: o sumiço da

filha de K e o sentimento de esmagamento que atinge o pai. Essa estruturação é possível porque a narrativa da catástrofe proveniente da exceção apresenta, em geral, uma estrutura aracnóide: ejeta fios em direção a outras catástrofes, antigas e recentes, cujo emaranhado vai construindo um casulo em torno de um corpo – representação da catástrofe como drama individual. No caso, trata-se de um corpo desaparecido, um *corpo ausente-presente*. Isso é possível porque as catástrofes funcionam como factrais: porções que delas fazem parte se repetem independentemente de sua extensão.

O desaparecimento é uma morte inconclusa (Catela, 2001: 212). Como diz Enrique Serra Padrós (2007):

“A força da ausência-presença dos desaparecidos, potencializada pelas famílias e pelas organizações de direitos humanos, geralmente se manifesta também como denúncia, utilizando formas simbólicas de referência que lembram presenças desfocadas, volatilizadas, como máscaras indefinidas, silhuetas pontilhadas ou símbolos de interrogação”.

A ausência do cadáver e dos ritos de inumação representa para os familiares e todos os outros implicados a impossibilidade de instituir uma forma de rememoração, a criação de um lugar de memória para esse indivíduo. Pelo tempo que envolve o desaparecimento há a certeza da morte, mas o cadáver não se apresenta. Por isso, no auge de seu desespero e desconsolo pelo sucedido à filha K apela a um rabino que permita que ele, na condição de pai judeu de uma filha judia, erija para ela uma *matzeivá* – segundo os costumes judaicos a lápide a ser postada sobre o túmulo, geralmente após o primeiro ano do falecimento.

Impossibilitado de prestar esta última homenagem e de constituir um lugar de memória para a filha K parte em busca de outras possibilidades que proporcionem a ela uma reexistência. Primeiro ocorreu-lhe a construção de uma lápide em forma de livro, um livro *in memoriam*, composto por fotografias e depoimentos das amigas mais próximas da filha. Mas K não consegue imprimir o livrinho, considerado material subversivo pelo dono da gráfica a quem ele recorre para finalizar o material pacientemente coligido. Depois K encontra uma caixa azul, repleta de fotografias e negativos da filha que lhe deixam ter acesso a certas dimensões da vida da filha que até então eram para ele desconhecidas. Essa caixa azul com certa revelia se torna de fato um primeiro lugar de memória: a memória conhecida por K e a memória construída

com base nos resíduos deixados pela filha. Mais adiante K resolve escrever sobre sua demanda. Criaria assim uma espécie de diário da sua busca. Porém, descobre ser a palavra insuficiente para dar conta do tamanho de sua tragédia:

“Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte por demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. Ele, poeta premiado na língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada” (Kucinski, 2014: 135)

Ao perceber essa condição K destrói suas anotações e desiste do projeto de escrita. Ante à frustração de erigir a matzeivá também em outras formas, o romance *K* parece que vem à lume não somente à maneira de um Dybbuk, mas como livro-matzeivá, para permitir à Ana Rosa o rito de passagem da vida à morte. Permitir, sobretudo, sua reexistência, uma existência que perdura para além da morte e que ao narrar a morte, estende adiante uma vida medunizada pela exceção.

Considerações finais

Soledad antes de ser morta foi seqüestrada. O mesmo ocorre à Ana Rosa. O corpo sacrificado de Soledad foi devolvido pela repressão no contexto de uma farsa. Durante décadas o destino de Ana Rosa virou um mistério insolúvel. Afora os depoimentos de Cláudio Guerra – que lançaram luzes sobre a desapareição de Ana Rosa e Wilson – pouco se soube ao longo desde o final da ditadura acerca do que realmente aconteceu ao casal, bem como a destinação dada a seus cadáveres. O que sabemos certamente é que essas mortes, assim como a morte de Soledad são, sobretudo, marcadas pelo signo da supressão: a retalhação violenta da vida com base na catástrofe que atinge individualmente cada uma das protagonistas dos romances em tela, mas essa catástrofe individualizada não se encontra nenhum pouco descolada de outras situações ocorridas no interior do regime ditatorial brasileiro. A estrutura aracnóide da narrativa da catástrofe sustenta os elos com outras brutalidades parecidas.

A retalhação violenta da vida atinge não somente o militante arrastado à morte agônica, seqüestrado e/ou desaparecido, torturado e/ou assassinado. Ela ocupa também

o universo dos não mortos: filhos, irmãos, pais, amigos, vivos e sobreviventes. O despojamento sofrido pelos mortos evoca a fantasmização que paira sombria não apenas durante a experiência concentracionária dos que pereceram, espalha-se também sobre a vida dos amigos e familiares da vítima.

Essa fantasmização envolve o esvaziamento do ser e apresenta conotações jurídicas e subjetivas. A dimensão jurídica passa pelo “abandono do vivente ao direito” (Agamben, 2004:12), na medida em que a exceção se torna a regra e o estado autoritário cria uma série de subterfúgios jurídicos para manietar “categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareceram não integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004:13) com base na suspensão de seus direitos enquanto cidadãos. Daí decorre um esvaziamento do vivente no plano jurídico: de alguma forma a sua identidade jurídica é roubada ou borrada “produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável” (Agamben, 2004:13).

Os processos de subjetivação colam a fantasmização às impressões e afetos correspondentes. Trata-se aí do esvaziamento do ser, que faz o indivíduo sentir-se como um saco de ossos, como nada, como coisa; como aparição ou fantasma— imagens comuns nos relatos dos sobreviventes ou em representações dessa sobrevivência, assim como o sentimento de fraquejamento, de minguagem e trituração de si, tal como mostrado pelo narrador de *K.*:

“O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente, tudo perdia sentido. Um fato único impunha-se, cancelando o que dele não fosse parte; fazendo tudo o mais obsoleto. O fato concreto de sua filha querida estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só” (Kucinski, 2014: 16).

Essa fantasmização é produto do despojamento sofrido pelas vítimas e apresenta conotações subjetivas e jurídicas. A maquinaria burocrática do estado de exceção cria monstruosidades jurídicas, a exemplo da supressão do direito a *habeas corpus*; com repercussões para a política repressiva e também para as práticas de escape e/ou sobrevivência, por parte da resistência ao regime de exceção, que fundamentalmente se reduzem a duas possibilidades: a clandestinidade e o exílio.

Essas práticas em muitas situações envolvem o falseamento da identidade e corroboram a fantasmização do indivíduo. A vida clandestina de Ñasaindy, filha

primogênita de Soledad Barret Viedma, rendeu-lhe a condição de “cidadã fantasma” (Bocault, 2013:101) por conta dos problemas relacionados às várias certidões de nascimento forjadas no exílio. A própria tragédia vivida pela mãe de Ñasaindy se encontra borrada na memória: Bocault (2013, p 99) observa que não constam no arquivo público de São Paulo nenhum prontuário referente à Soledad e ao seu primeiro companheiro (e pai de Ñasaindy).

Nesse sentido, tanto o narrador de *Soledad no Recife*, quanto o de *K*. narram em prol da necessidade da desfantasmização. Postulam que contra a fantasmização deve haver a iluminação. E isso se realiza, principalmente, porque esses romances privilegiam a condição de ausência-presença instituindo assim uma condição foracluída para as protagonistas: nem vivas nem mortas, nem presentes nem ausentes; mas vivas e mortas, presentes e ausentes. Enfim, são romances que narram em prol da reimplantação da vítima enquanto sujeito, pois na medida em que reelaboram a experiência da morte dessas militantes devolvem a elas, como mortas, a sua história e devolvem aos vivos a sua história enquanto coletividade.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio 2004 (2003). Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Polleti. São Paulo: Boitempo.
- AGUIAR, Flávio 2009 (2009). “Sonho mau” em MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. (São Paulo: Boitempo).
- BOCAULT, Carlos Eduardo de Abreu 2013. “A construção de uma identidade jurídica: a ausência de um estado presente”. *Duc In Altum - Caderno de Direito (Recife)*, volume 5, nº 7.
- CATELA, Ludmila da Silva 2001 (2001). “Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal”. em NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto Kant (orgs.). *Antropologia e direitos humanos* (Niterói, RJ: EdUFF).
- FINAZZI-AGRÓ, Ettore 2014. “(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (Brasília), volume 1, n. 43.
- KUCINSKI, Bernardo 2014 (2011). *K. – Relato de uma busca*. (São Paulo: Cosac Naify).
- LESSA, Renato 2014 (2011). “Posfácio à experiência de K.” em KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma busca* (São Paulo: Cosac Naify).

MOTA, Urariano 2009 (2009). Soledad no Recife (São Paulo: Boitempo).

PADRÓS, Enrique Serra 2007. “A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional”. Tempos Históricos (Marechal Cândido Rondon), volume 1, n. 10.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia 2012 (2012). “Sobre a memória que per-verte: da fotografia de Marcelo Brodsky ao romance de Urariano Mota”. In: SCHOLLHAMMER, Karl Erik; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (orgs). Memórias do Presente (Rio de Janeiro: Oficina Raquel).

SELIGMANN-SILVA, Márcio 2014. “Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea (Brasília), volume 1, n. 43.

VECCHI, Roberto 2014. “O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto”. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea (Brasília), volume 1, n. 43.